

**REUNIÓN DE EXPERTOS SOBRE:  
“POBLACIÓN TERRITORIO Y DESARROLLO SOSTENIBLE”  
SANTIAGO, 16-17 DE AGOSTO 2011**

**Amazônia Legal e Cerrado no contexto da Migração  
interna no Brasil nos anos 2000  
(Versión preliminar)**

**José Marcos Pinto da Cunha  
IFCH/NEPO/UNICAMP, Brasil**



## I. INTRODUÇÃO

José Marcos Pinto da Cunha<sup>(\*)</sup>

Muitos dos pesquisadores brasileiros, particularmente os demógrafos, já começam a se beneficiar dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 2010 não apenas para encontrar novidades ocorridas na população nacional ao longo do anos 2000, mas também visando respaldar hipóteses que vinham sendo levantadas sobre o comportamento demográfico do país.

Uma destas comprovações diz respeito à continuidade da queda do crescimento populacionais em função, principalmente, da queda de fecundidade que, segundo as últimas estimativas já atingia a marca de 1,8 filhos por mulher em 2009. De fato, os dados até aqui divulgados dão conta de que o população brasileira de uma patamar já baixo nos anos 90, mostrou um arrefecimento ainda maior no seu ritmo de crescimento que, segundo, o divulgado atingiu o valor inferior a 1,2% ao ano no período 2000/2010.

Interessante ainda notar que esta redução de crescimento atingiu, sem exceções, todos os Estados brasileiros, até mesmo aqueles tradicionalmente impactados pela migração interna. Embora ainda não seja possível aquilatar quanto desta queda se deva ao crescimento vegetativo ou ao migratório, não há dúvidas que alguns dos valores observados sugerem mudanças no quadro migratório nacional. Afinal, se se leva em conta que a taxa de crescimento da população nacional recuou cerca de 26%, em algumas regiões do país esta queda foi superior, como no Sudeste e no Sul, ou bem inferior, como no caso do Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Como já apontando em outros estudos (Cunha e Baeninger, 2005 e Cunha, 2006 e Baeninger, 2008), a partir dos dados do Censo de 1991 já era possível observar que o Brasil passava por mudanças importantes no seu processo migratório interno. De fato, a análise deste Censo, bem como o de 2000 pode mostrar várias especificidades entre elas a maior diversificação de modalidades migratórias, a importância cada vez mais marcante de mobilidade intra-regional, a migração de retorno etc.

Ao mesmo tempo em que tais tendências refletem novos processos em curso, como por exemplo, a reestruturação produtiva nas grandes centros urbanos, a opção por um modelo exportador que muda a forma de ocupação das antigas (e novas) áreas de fronteira etc., elas também sugerem um aumento da complexidade das estratégias dos migrantes para enfrentarem estas novas contingências, o que implica na necessidade de se pensar e dar conteúdo a novas categorias analíticas como a da circularidade (Cunha, 2006, Cunha e Baeninger, 2005) que expressaria a intensificação do ir e vir dos migrantes entre os seus locais de origens e destinos.

Os dados até aqui disponíveis do Censo 2001, permitem seguir sustentando que “as tendências redistributivas centrípetas (em direção ao sudeste, em especial a São Paulo) e centrífugas (para as fronteiras), mesmo ainda tendo certa importância, parecem não mais representar unicamente o que de mais relevante acontece em termos migratório no Brasil” (Cunha, 2006, p.2).

No entanto, ainda é cedo para se afirmar que as tendências dos anos 90 – redução da capacidade de atração de estados do Sudeste e de expulsão dos do Nordeste, o fechamento progressivo das fronteiras agrícolas, a intensificação da migração de retorno e da migração intra-estadual etc. - tenham permanecido ao longo de toda a década de 2010, sendo que isto somente será possível depois da análise dos micro-dados da amostra.

De qualquer maneira, a queda das taxas de crescimento, em particular das principais áreas de atração e expulsão demográfica do país, sugerem ao menos que, os anos 2000, de fato, registraram redução pronunciada da migração interestadual. Os dados aqui analisados das PNADs 2004 e 2009 corroboram esta assertiva e vão mais além ao mostrar que a década em

---

<sup>(\*)</sup> Demógrafo, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO), ambos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

questão parece não ter sido totalmente homogênea em termos das tendências observadas. Em outras palavras, os dados a serem apresentados dão conta de que a continuidade mencionada com relação aos anos 1990 parece ter ocorrido apenas até a primeira metade dos anos 2010 que a partir daí parece ter registrado mudanças perceptíveis que, aliás, guardam relação com as transformações de sociedade brasileira, ao menos em termos, da recuperação econômica e do emprego, redução da pobreza etc.

No que diz respeito especificamente às duas regiões enfatizadas neste estudo, a saber o Centro-Oeste e a Região Norte (que como se nota no Mapa em Anexo envolve boa parte da chamada Amazônia Legal), , percebe-se que também nestas áreas o crescimento demográfico arrefecido denuncia a existência de importantes modificações no processo de ocupação destas áreas. O nível das taxas de incremento populacional de Estados como Roraima, Amapá, Pará, Acre demonstram que ainda as fronteiras agrícola e mineral mantiveram certo ritmo de ocupação, embora claramente abaixo do observado em décadas anteriores. Já no Centro-Oeste também é visível o fato de que, a não ser o Distrito Federal que, como se verá, nada tem a ver com o processo de ocupação das fronteiras ou com a intensificação do agronegócio, todos os demais Estados parecem ter experimentado redução significativa de seu processo de ocupação demográfica.

Este ensaio tem, portanto, dois objetivos principais: o primeiro revisar sumariamente e ampliar as considerações feitas até aqui por especialistas sobre o processo migratório interno no Brasil e o segundo detalhar um pouco mais o comportamento de duas das principais regiões brasileiras em termos do processo de ocupação e desconcentração demográfica, a Região Centro-Oeste e Norte. Para tanto serão combinados os dados dos Censos Demográficos, incluindo o mais recente de 2010, com dados provenientes das PNADs de 2004 e 2009.

Embora correndo alguns riscos com relação à comparação das informações, considerou-se razoável utilizar ao mesmo tempo o que hoje se conhece sobre os resultados do Censo 2010 e as ricas informações sobre migração (mesmo que apenas com relação à interestadual) disponíveis nas PNADs de forma a se ter um panorama do que a década de 2010 reversou para o país e para as regiões em questão no que se refere à migração interna.

## II. ALGUNS ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS<sup>1</sup>

Nos anos de 1990, após mais de uma década de sua implantação, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) incorporou, de maneira contínua, a coleta de informações sobre migração em seu questionário básico. Fato muito importante, considerando a crônica falta de informações periódicas sobre este fenômeno, que dependia para o seu diagnóstico e análise exclusivamente dos dados decenais provenientes dos Censos Demográficos. Cabe ressaltar que, durante os anos de 1980, em termos da produção de dados para o período intercensitário, estes passaram praticamente intactos<sup>2</sup>.

Este fato, além de ter contribuído, pelo menos entre os demógrafos, para a baixa produção de estudos sobre a temática migratória nos anos de 1980, também implicou grandes dificuldades para a análise prospectiva do fenômeno, com impactos, principalmente sobre as projeções demográficas que, em geral, se equivocaram sobre o comportamento da migração durante aquela década, comportamento este que, sem dúvida nenhuma, surpreendeu a todos os pesquisadores de área.

---

<sup>1</sup> Considerando a relevância desta discussão, esta seção foi retirada sem qualquer modificação de CUNHA, 2006.

<sup>2</sup> Exceto em 1986, quando a PNAD conteve um suplemento sobre migração.

Nesse sentido, a introdução de quesitos sobre migração nas PNADs a partir de 1992 representou, indubitavelmente, um avanço sem precedentes para uma avaliação mais atualizada do fenômeno, e o reconhecimento, por parte do IBGE, da necessidade de se acompanhar de perto o comportamento migratório que, como se sabe, se apresenta com uma significativa dificuldade de previsão, tendo em vista seu caráter multifacetado, seja em termos dos seus condicionantes, ou mesmo em termos das modalidades que pode assumir. Na atual situação, de amplas e rápidas mudanças estruturais pelas quais passam a sociedade e a economia brasileira, o acompanhamento passo a passo das transformações do fenômeno migratório se torna uma exigência para qualquer estudioso do tema.

Pode-se dizer que a grande maioria das informações recolhidas pelas PNADs dos anos de 1990 sobre migração é da mesma natureza daquela captada nos censos demográficos, particularmente os de 1991 e 2000. Não obstante o anterior, há que se reconhecer que as PNADs apresentam certas especificidades, de maneira que nem todos os desenvolvimentos metodológicos realizados que têm os censos como referência possam ser imediatamente aplicados. De fato, apesar de essa fonte apresentar uma grande riqueza de informações que permitem acompanhar mais de perto o caminho do processo migratório nacional, ela apresenta certas limitações que devem ser consideradas no momento da análise.

A primeira dessas limitações — e a mais óbvia — diz respeito ao tamanho e, portanto, ao nível de representatividade da amostra da PNAD, que não permite conhecer a realidade migratória dos municípios e das regiões dentro dos estados, com exceção de algumas regiões metropolitanas. Na realidade, essa limitação, que entre outros aspectos não permite, por exemplo, estabelecer fluxos migratórios ao nível municipal, representa uma grande restrição, particularmente se se considera a atual configuração da questão migratória no país, que, claramente, se caracteriza pela crescente importância dos movimentos de mais curta distância e intra-regionais.

Ainda com relação à amostra das PNADs, estas merecem atenção especial nos casos das regiões Norte e Nordeste para as quais, segundo informações obtidas junto ao IBGE, a amostra é de menor tamanho e mais concentrada nos grandes municípios, fato que pode implicar em maiores erros amostrais dependendo da informação que se utilize. No caso da migração, um estudo exploratório realizado (CUNHA e JAKOB, 2011) mostra que, de fato, os dados obtidos para as UF destas duas regiões, em particular para a Região Norte, requerem maiores cuidados, particularmente, se comparados com os dados censitários, como é o caso do presente estudo.

Além disso, não se pode deixar de considerar que a mesma limitação amostral impossibilita a grande flexibilidade dos censos demográficos em termos da gama possível de cruzamentos de variáveis e do número de categorias utilizadas para cada uma delas<sup>3</sup>.

A falta de coleta de informações para a zona rural da região Norte até bem pouco tempo vigente, também fazia com que a PNAD não fornecesse um quadro completo para esta região, que, como mostram alguns estudos, tem sido a de maior dinamismo em termos migratórios, dinamismo este que passa também pela ocupação de áreas rurais.

Outro elemento que pode causar algum tipo de preocupação refere-se à expansão da amostra que, como se sabe, é feita com base em projeções demográficas e que, portanto, pode levar a imprecisões nas estimativas (ou maiores erros, já que nem mesmo o Censo pode ser considerado como exato). Contudo, considera-se tal questão superável, tendo em vista que o mais relevante

---

<sup>3</sup> Apenas como exemplo dessa questão, a matriz migratória da migração interestadual (UF de origem *versus* UF de residência) obtida a partir da PNAD, em geral não suporta uma análise desagregada segundo a UF de origem dos migrantes para várias UFs com menor tamanho populacional. Mais complexa ainda alcançar a representatividade de uma tabulação por UF de origem e segundo alguma outra variável, como educação ou renda, por exemplo.

seriam as tendências sugeridas pela fonte em termos das intensidades, direções e características dos fluxos migratórios. De qualquer maneira, como será apontado, este problema inviabilizou o uso neste estudo de PNAD dos anos 90 para comparações que envolvessem volumes.

A despeito da semelhança do tipo de informação levantada, a PNAD deve ser utilizada com certa cautela, muito embora a sua riqueza em termos de dados sobre migração e, o que é mais importante, sua periodicidade anual a torne talvez a mais importante fonte de dados sobre o tema existente no Brasil<sup>4</sup>.

### **III. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E MIGRAÇÃO INTERESTADUAL NO BRASIL: PRIMEIRAS PISTAS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010 E REVELAÇÕES DAS PNADS DOS ANOS 2000.**

Infelizmente, até o momento da produção deste texto, eram poucas as informações disponíveis do Censo Demográfico de 2010, especialmente no que se refere à migração que, como se sabe, constam do boletim da amostra que, segundo programação, deverá estar disponível apenas no início de 2012. No entanto, alguns indícios já podem ser obtidos sobre o fenômeno, sobretudo em termos das Unidades da Federação.

Neste sentido, o uso combinados dos dados censitários com a os derivados das PNADS permitem boas inferências sobre o que pode ter acontecido no Brasil ao longo da primeira década dos anos 2000.

O primeiro fato que salta à vista quando se observam os dados populacionais do Censo 2010 diz respeito à continuidade do arrefecimento do crescimento populacional brasileiro.

Resultado já esperado em função da manutenção de tendência de queda da fecundidade para níveis abaixo da reposição, os valores das taxas médias anuais de crescimento apresentadas na Tabela 1, sugerem algumas outras questões, particularmente em se tratando das duas regiões enfatizadas neste trabalho.

Em primeiro lugar, percebe-se que, nas regiões Sudeste e Sul, ao mesmo tempo em que a taxa situava-se abaixo de média nacional o seu ímpeto de redução foi também bem mais acentuado. No Nordeste, o histórico menor crescimento do país se mantém muito embora a redução na década de 2000 não tenha sido tão importante.

Já nos Estados do Centro-Oeste e da região Norte, percebe-se que estes mantiveram crescimento superior e apenas em três casos, Goiás, Rondônia e Amazonas, a taxa de incremento demográfico reduziu-se de maneira bem mais rápida que a população regional ou mesmo do país como um todo.

---

<sup>4</sup> Uma discussão mais abrangente sobre o uso das PNADS nos estudos migratórios e suas implicações pode ser encontrada em CUNHA, 2002.

TABELA 1  
TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO  
BRASIL, GRANDES REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS  
1960/2010

Brasil e Grandes Regiões	Taxas média anual de crescimento				
	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
<b>Brasil</b>	2,90	2,51	1,77	1,61	1,18
<b>Nordeste</b>	2,49	2,13	1,66	1,30	1,08
<b>Sudeste</b>	2,65	2,69	1,61	1,60	1,06
<b>Sul</b>	3,44	1,51	1,21	1,41	0,88
<b>Norte</b>	<b>3,64</b>	<b>4,91</b>	<b>3,85</b>	<b>2,57</b>	<b>2,10</b>
Rondônia	5,12	15,74	7,64	2,22	1,27
Acre	3,13	3,48	2,83	3,27	2,79
Amazonas	2,91	4,19	3,44	3,29	2,16
Roraima	3,51	7,01	9,20	4,62	3,35
Pará	3,54	4,79	3,61	1,99	2,05
Amapá	5,39	4,45	4,38	5,71	3,47
Tocantins	5,05	3,23	2,02	2,57	1,81
<b>Centro-Oeste</b>	<b>5,63</b>	<b>4,23</b>	<b>2,72</b>	<b>2,37</b>	<b>1,93</b>
Mato Grosso do Sul	5,72	3,32	2,19	1,73	1,67
Mato Grosso	6,37	6,68	5,10	2,39	1,95
Goiás	4,22	2,76	1,99	2,47	1,85
Distrito Federal	14,44	8,22	2,61	2,77	2,32

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2010

Ou seja, o que os poucos dados até então disponíveis sobre o Censo de 2010 nos adiantam é que, não obstante o Brasil e todos os seus Estados tenham reduzido significativamente suas intensidades de crescimento demográfico, nas tradicionais áreas de fronteira de expansão agrícola e mineral ainda há fortes indícios da existência de processos que permitiram a manutenção de um incremento populacional ainda significativo para os padrões nacionais.

Logicamente que tal tendência não se explica simplesmente pelos diferenciais existentes em termos da fecundidade<sup>5</sup>, sendo que os valores revelados na Tabela 1, sobretudo para o Centro-Oeste e Norte, sugerem ainda a existência das forças que Martine (1994) chamou de centrípetas, ou seja, fatores que possibilitavam a expansão e desconcentração espacial de população para novas áreas nestas regiões. No entanto, como se nota ainda na tabela em questão, a intensidade de ocupação destas regiões reduziu-se significativamente.

Como se verá mais adiante, mesmo que algumas áreas destas regiões consigam manter níveis elevados de crescimento demográfico, em função da expansão do agronegócio, da pecuária, da fronteira agrícola e mineral e até mesmo pelo menor estoque demográfico, ainda assim é inegável que a realidade demográfica - e certamente migratória - das décadas do século passado ficaram para a história destas áreas e dificilmente se repetirão no futuro.

<sup>5</sup> De fato, segundo estimativas do IBGE, havia ainda em 2009 grande diferencial em termos de fecundidade no país. A TFT estimada para cada região era a seguintes: Norte, 2,61; Nordeste, 2,04; Sudeste, 1,75; Sul, 1,92; Centro-Oeste, 1,93. As estimativas para o mesmo ano em termos do crescimento vegetativo eram, respectivamente, as seguintes: 1,51%; 1,23%; 0,72%; 0,61%; 1,11%. Para mais detalhes ver IBGE, 2010 (tabela 1.4, pag. 42).

Como já mostrados em estudo anterior (Cunha, 2003) ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 registrou-se no Brasil, um incremento significativo da migração interestadual, assim como certas mudanças comportamentos dos fluxos migratórios, sobretudo na década de 1990, sendo as mais interessantes as seguintes:

1. A redução significativa das perdas populacionais de estados historicamente emissores de migrantes como Minas Gerais e Paraná;
2. O importante recrudescimento da emigração em vários estados do Nordeste, particularmente Bahia, Piauí, Maranhão e Alagoas; nos demais chama também à atenção a manutenção dos patamares de perdas demográficas dos anos 80;
3. Em certo sentido como contrapartida do anterior, o incremento, nos anos 90, do volume de imigração registrado no sudeste, não apenas em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro e Minas Gerais;
4. O aumento da imigração também se observa no Centro-Oeste, processo, contudo, visivelmente “desconectado” da fronteira agrícola, tendo em vista que tal comportamento deve-se muito mais ao desempenho do Distrito Federal e Goiás; no caso do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a tendência dos anos 80 de redução da imigração mantém-se; ainda nestes dois casos, a emigração do decênio 1990/2000 manteve os patamares elevados atingidos na década anterior, o que mostra a continuidade de um processo de desaceleração da ocupação da fronteira nestes estados;
5. Finalmente, a região sul destaca-se pela significativa recuperação dos volumes de imigração dos seus três estados, acompanhado por uma redução ou certa estabilização das perdas populacionais.

No entanto, ao menos pelos que nos têm revelado as PNADs dos anos 2000, parece ser que a primeira década do novo decênio foi marcada pela redução não apenas da intensidade, mas também do volume dos fluxos migratórios interestaduais.

De fato como nos mostra o Tabela 2, enquanto no quinquênio 1995/2000 o volume de pessoas que mudaram de estado atingia a cifra de 5,1 milhões<sup>6</sup>, estes valor se reduz para 4,6 no quinquênio 1999/2004 e para menos de 3,3 milhões no período 2004/2009! Mesmo considerando que estamos comparando cifras censitárias com as apresentadas pela PNAD, o que pode causar certa distorção, não se pode negar que, de fato, o volume de migrante interestaduais no país reduziu-se significativamente.

---

<sup>6</sup> O migrante aqui é detectado a partir da informação sobre “data fixa” e, portanto, é definido como o indivíduo que cinco anos antes da data de referência do Censo ou PNAD residiam em outra UF distinta daquela onde foi recenseado. Assim sendo, os volumes aqui considerados não consideram as crianças menores de 5 anos.

TABELA 2  
VOLUME DE IMIGRAÇÃO, EMIGRAÇÃO E MIGRAÇÃO LÍQUIDA POR QUINQUÊNIOS  
BRASIL, ESTADOS E GRANDES REGIÕES  
1995/2009

Unidades da Federação	Volumes segundo períodos quinquênais (*) (**)								
	1995/2000			1999/2004			2004/2009		
	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Saldo
Rondônia	83.325	72.734	10.591	49.046	55.239	-6.193	34.249	32.206	2.043
Acre	13.635	16.069	-2.434	14.777	13.212	1.565	13.059	13.026	33
Amazonas	89.626	58.658	30.968	64.001	52.928	11.073	63.102	35.594	27.508
Roraima	47.750	14.380	33.370	38.384	13.325	25.059	15.351	14.675	676
Pará	182.045	234.213	-52.168	235.111	187.426	47.685	118.292	160.200	-41.908
Amapá	44.582	15.113	29.469	32.525	18.281	14.244	19.987	11.073	8.914
Tocantins	95.430	82.513	12.917	82.312	112.004	-29.692	50.491	82.916	-32.425
Norte	355.438	292.725	62.713	330.660	266.919	63.741	184.634	219.793	-35.159
Maranhão	100.820	274.470	-173.650	180.924	258.016	-77.092	125.387	154.859	-29.472
Piauí	88.736	140.815	-52.079	119.646	113.952	5.694	74.798	104.822	-30.024
Ceará	162.926	186.709	-23.783	141.680	120.574	21.106	93.740	98.073	-4.333
R.G.Norte	77.917	71.286	6.631	73.494	37.284	36.210	60.182	37.047	23.135
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	138.328	95.857	42.471	74.291	70.917	3.374
Pernambuco	164.872	280.289	-115.417	179.932	204.868	-24.936	100.769	107.334	-6.565
Alagoas	55.967	127.949	-71.982	81.318	85.668	-4.350	43.936	80.757	-36.821
Sergipe	52.109	56.921	-4.812	45.843	43.258	2.585	37.736	36.573	1.163
Bahia	250.572	517.930	-267.358	290.343	378.618	-88.275	203.885	312.211	-108.326
Nordeste	647.375	1.411.305	-763.930	848.002	934.589	-86.587	541.733	729.602	-187.869
Minas Gerais	447.836	408.659	39.177	429.438	398.460	30.978	288.373	276.196	12.177
Espírito Santo	129.169	95.149	34.020	107.132	108.669	-1.537	107.421	54.674	52.747
Rio de Janeiro	319.749	274.223	45.526	166.036	255.653	-89.617	141.459	165.522	-24.063
São Paulo	1.223.809	884.121	339.688	823.557	978.689	-155.132	535.376	588.652	-53.276
Sudeste	1.404.695	946.284	458.411	844.605	1.059.913	-215.308	656.386	668.801	-12.415
Paraná	297.308	336.998	-39.690	260.478	271.182	-10.704	203.613	171.868	31.745
Santa Catarina	199.651	139.665	59.986	214.866	139.268	75.598	194.033	113.545	80.488
Rio Grande do Sul	113.395	152.891	-39.496	116.643	146.372	-29.729	90.636	104.016	-13.380
Sul	330.614	349.814	-19.200	305.642	270.477	35.165	252.947	154.094	98.853
Mato Grosso do Sul	97.709	108.738	-11.029	90071	97.271	-7.200	57.900	50.205	7.695
Mato Grosso	166.297	123.726	42.571	192691	81.011	111.680	78.627	90.654	-12.027
Goiás	372.702	169.887	202.815	315.571	168.574	146.997	264.087	135.031	129.056
Distrito Federal	216.200	188.551	27.649	152.073	199.982	-47.909	149.903	138.037	11.866
Centro-Oeste	625.244	363.238	262.006	534.879	331.311	203.568	418.143	281.553	136.590
	<b>5.196.142</b>			<b>4.636.220</b>			<b>3.240.683</b>		

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).  
 (\*) Desconsidera imigrantes estrangeiros ou do Brasil sem UF especificada  
 (\*\*) Nos totais regionais exclui-se a migração intra-regional

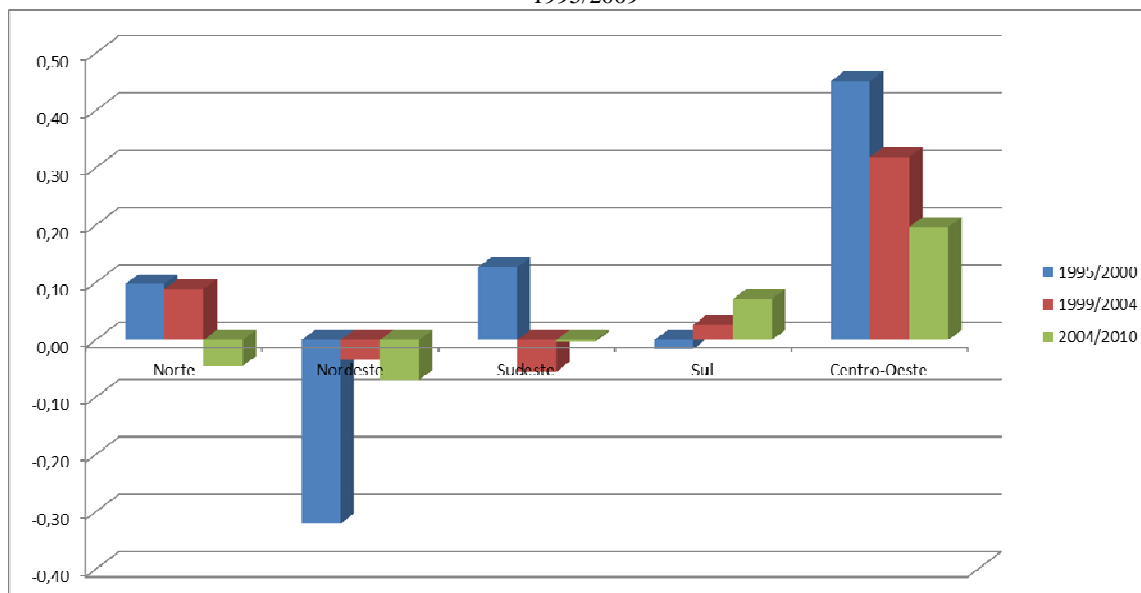
Como se percebe ainda pelos dados da Tabela 2, tal redução espelha o que aconteceu com praticamente todos os Estados brasileiros tanto em termos de imigração, quanto emigração, muito embora alguns estados do Nordeste tenham experimentado, no primeiro quinquênio em questão, um aumento de sua imigração e São Paulo um aumento de sua emigração fenômenos que, como se sabe, estão associados sobretudo à migração de retorno.

O gráfico 1 permite constatar que o balanço do processo migratório nos últimos três quinquênios (1995/2009) foi favorável apenas para a Região Sul que, mesmo lentamente, de maneira sistemática incrementou sua intensidade de ganhos populacionais. No caso do Nordeste, os dados sugerem ter havido um recrudescimento de sua emigração líquida no último quinquênio após significativa queda no período anterior; interessante notar que o Sudeste tem exatamente o comportamento inverso da região anterior, o que pode ser facilmente compreendido pela relação entre ambos<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Obviamente que a relação inversa não é perfeita, sobretudo levando em conta que o Nordeste tem na sua composição da emigração significativos fluxos para o Centro-Oeste e Norte do país.



GRÁFICO 1  
TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE MIGRAÇÃO LÍQUIDA POR QUINQUÊNIOS  
BRASIL, GRANDES REGIÕES  
1995/2009



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004 e 2009.

Do ponto de vista das regiões que mais nos interessam neste estudo, percebe-se que tanto no Norte quanto no Centro-Oeste, não somente o volume, mas também a intensidade de ganhos populacionais caiu significativamente, mesmo considerando que esta última região se mantinha como a de maior ganho migratório líquido do país, tanto em intensidade quanto em volume. Vale lembrar que mesmo sendo o Norte a região que mais cresceu nos anos 2000, o seu crescimento vegetativo, fruto de uma fecundidade bem mais elevada, é bem superior ao do Centro-Oeste o que, a princípio explica sua taxa de crescimento populacional mais alta.

O que talvez mais chame a atenção na Tabela 2 e Gráfico 2 seja o fato de que eles sugerem algumas mudanças de comportamento migratório ao longo dos anos 2000, na medida em que parece ser que o primeiro quinquênio (1999/2004) foi distinto do segundo (2004/2009). Ou seja, enquanto no primeiro caso, em muitos sentidos, aparentemente teria havido uma sorte de intensificação das tendências do século passado, no segundo, os dados fazem crer que tenha havido algum tipo de reversão, mesmo que em grau pouco intenso.

Em primeiro lugar, há que lembrar que pelo menos parte dos anos 2000, herdaram do decênio anterior, mudanças fundamentais, com destaque à crise e crescimento econômico pífio, reestruturação e desconcentração produtiva, precarização do emprego, crescimento da pobreza etc., questões que se não impediam, ao menos dificultavam muito a ascensão social, o que certamente teve efeitos sobre o fenômeno migratório, independentemente de que boa parte dos condicionantes estruturais ainda estivesse presente, entre eles as desigualdades regionais.

De fato neste período não apenas os dados do Censo 2000, mas também das primeiras PNADs do século XXI, davam mostras de que a circulação teria aumentado no país, sendo um dos principais marcadores desta situação o comportamento da migração entre Sudeste e Nordeste. Dados analisados em outro momento (CUNHA, 2006) e os aqui apresentados mostram claramente esta situação: o Sudeste e especialmente São Paulo, no começo do século XXI, pela primeira vez apresentou um saldo migratório negativo, fenômeno que não apenas referenda uma tendência que já se delineava no final da década anterior, mas que também encontrou clara contrapartida na brusca redução de emigração líquida do Nordeste.

Neste cenário, a intensificação da migração de retorno, uma das grandes novidades dos anos 90, realmente sugeria que o ir e vir (“circularidade” segundo sugerido em Cunha, 1999 ou em Cunha e Baeninger, 2005 ou “rotatividade” como rebatizado mais recentemente por Baeninger, 2008) sobretudo dos nordestinos havia se intensificado em função da crise pela qual passavam tanto os grandes centros urbano-industriais, e também pelo progressivo esgotamento das fronteiras agrícolas no país.

Mais ainda, tais tendências, como sugerido em trabalho anterior (CUNHA, 2006), pareciam refletir também os impactos de algumas políticas de transferências intensificadas a partir da mudança de governo em 2002. Como se sabe, Bolsa Família e o BPC (Benefício Previdenciário Continuado) foram responsáveis por tirar da pobreza volume considerável da população brasileira (Hoffmann, 2010; Pochmann, 2009). Ou seja, pode-se pensar que, num quadro em que as possibilidades nos tradicionais centros de atração eram baixas, tais políticas aparentemente reduziram as necessidades de migração na medida em que tais benefícios serviriam como elemento de retenção dos migrantes em seus locais de origem, particularmente nas pequenas cidades do interior do país. Infelizmente ainda não se tem notícias de estudos que confirmem definitivamente tais hipóteses embora alguns já permitam algumas aproximações a respeito como os de OLIVEIRA (2009) e MODESTO (2011).

No entanto, num novo contexto de estabilização da economia brasileira, de recuperação do emprego, em particular o metropolitano (POSHMANN, 2010; DEDECCA e ROSANDISKI, 2006), parece ser que se as tendências migratórias não se reverteram por completo, ao menos dão mostras de que podem estar se configurando de outra maneira, muito embora, como já se fez notar, em patamares inferiores em termos de volumes.

De fato, como se nota na Tabela 2 e Gráfico 2, não apenas o Nordeste parecer anunciar um recrudescimento de suas perdas demográficas, como também o Sudeste, em contrapartida, prenunciam certa recuperação de seus ganhos.

Talvez um bom “termômetro” deste fenômeno seja a migração de retorno que, pelo menos segundo a PNAD, caiu de forma significativa: enquanto no período 1999/2004 representava quase 30% dos movimentos interestaduais do país, no quinquênio seguinte reduziu-se para 15%. Além disso, como se percebe na Tabela 3 o peso relativo dos retornados na imigração registrada para aqueles estados historicamente emissores de população, como os do Nordeste, reduziu-se ainda mais drasticamente: de 51% no primeiro período, para menos de 25% no segundo. Ou seja, a circulação de pessoas que tanto se chamava a atenção nos Censo de 2000 e nas primeiras PNADs deste século, parece ter realmente ter arrefecido. Provavelmente a recuperação da economia e do emprego nacional nos estados mais industrializados e diversificados em termos de sua estrutura econômica, possa explicar esta aparente modificação.

De qualquer maneira fica muito claro que as modificações apontadas acima dizem muito mais respeito às tradicionais áreas de migração do país, ou seja, Nordeste e Sudeste, que às áreas aqui enfatizadas que, como se verá, parecem responder a questões de outra ordem e, ao mesmo tempo, apresentam suas próprias tendências.

TABELA 3  
VOLUME DE IMIGRAÇÃO TOTAL E DE RETORNO E SEU PESO RELATIVO  
BRASIL, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E GRANDES REGIÕES  
1999/2009

Unidade da Federação	1999/2004			2004/2009		
	Volume de Imigração (*)		Percentual de Retorno	Volume de Imigração (*)		Percentual de Retorno
	Retorno	Total		Retorno	Total	
Rondônia	4.235	49.046	8,6	3642	30773	11,8
Acre	2.740	14.777	18,5	900	11367	7,9
Amazonas	8.568	64.001	13,4	2591	58242	4,4
Roraima	1.448	38.384	3,8	0	14853	0,0
Pará	47.369	235.111	20,1	10614	101113	10,5
Amapá	2.502	32.525	7,7	1048	17886	5,9
Tocantins	15.718	82.312	19,1	4728	40345	11,7
Norte	82.580	516.156	16,0	23523	274579	8,6
Maranhão	86.078	180.924	47,6	20598	92248	22,3
Piauí	75.224	119.646	62,9	10920	50230	21,7
Ceará	83.091	141.680	58,6	12502	62371	20,0
R.G.Norte	36.044	73.494	49,0	12720	46966	27,1
Paraíba	71.876	138.328	52,0	15561	57224	27,2
Pernambuco	87.178	179.932	48,5	23789	73091	32,5
Alagoas	39.525	81.318	48,6	6431	28399	22,6
Sergipe	18.072	45.843	39,4	8160	32636	25,0
Bahia	143.872	290.343	49,6	30594	134041	22,8
Nordeste	640.960	1.251.508	51,2	141275	577206	24,5
Minas Gerais	164.073	429.438	38,2	62336	239147	26,1
Espírito Santo	23.025	107.132	21,5	15010	96163	15,6
Rio de Janeiro	25.080	166.036	15,1	7552	131323	5,8
São Paulo	134.087	823.557	16,3	55683	511928	10,9
Sudeste	346.265	1.526.163	22,7	140581	978561	14,4
Paraná	105.851	260.478	40,6	47720	191598	24,9
Santa Catarina	50.966	214.866	23,7	18507	188063	9,8
R.G.do Sul	46.136	116.643	39,6	21734	72285	30,1
Sul	202.953	591.987	34,3	87961	451946	19,5
M.G.do Sul	14.194	90071	15,8	6739	51469	13,1
Mato Grosso	10.887	192691	5,6	1185	78231	1,5
Goiás	51.044	315.571	16,2	22183	251409	8,8
Distrito Federal	15.619	152.073	10,3	224	138005	0,2
Centro-Oeste	91.744	750.406	12,2	30331	519114	5,8
Brasil	1.364.502	4.636.220	29,4	423671	2801406	15,1

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

(\*) Nos totais regionais inclui-se a migração intra-regional. Não inclui imigrantes estrangeiros e Brasil sem declaração

#### IV. REGIÕES CENTRO-OESTE E NORTE: TENDÊNCIAS E PROCESSOS PRÓPRIOS

Como dito, parte das mudanças sugeridas anteriormente no processo migratório nacional não diz respeito ao que se observa tanto no Centro-Oeste quanto no Norte. Na verdade, segundo os dados das PNADs 2000, parece que não existem grandes novidades em relação ao que se vinha observando já nos anos 1990. De fato, a não ser por algumas exceções, entre eles o Amazonas e Pará, no Norte e Distrito Federal no Centro-Oeste, o que se percebe pela Tabela 2 é que os saldos migratórios de ambas as regiões e dos seus respectivos Estados mantiveram tendência à redução, fato que reflete principalmente o progressivo fechamento das fronteiras agrícolas.

Especificamente nas áreas de cerrado nas quais o agronegócio expandiu-se consideravelmente nas últimas duas décadas, estudos como o de Muller e Martha Junior (2008), não deixam dúvidas que a despeito o crescimento econômico o impacto demográfico não tem sido tão importante.

*“...impressiona o relativamente modesto crescimento da população, mesmo nas microrregiões de forte crescimento econômico e de forte expansão das atividades agropecuárias” (p.153).*

Este fenômeno é explicado pelos autores mencionados por dois fatores: a baixa intensidade de utilização de mão-de-obra pelas atividades desenvolvidas nestas áreas, e a estrutura da posse da terra altamente concentrada (MULLER e MARTHA JUNIOR, 2008). Na verdade, em trabalhos anteriores (CUNHA, 2002c e CUNHA, 2006b) estes fatores também foram lembrados e, de certa forma, ampliado por outras características de mudanças ocorridas na região Centro-Oeste: a forte redução, nos anos 80, dos incentivos governamentais para os processos de colonização e conseqüente diminuição da agricultura familiar, o progressivo desaparecimento das atividades de garimpo, assim como a falta de eficácia das políticas de reforma agrária. Todos estes elementos concorreram para a forte redução da migração e do crescimento demográfico destas áreas.

Esta situação é muito bem retratada pelo nível de concentração urbana experimentada pela população do Centro-Oeste que, com exceção de Goiânia e, principalmente, Distrito Federal, cujas dinâmicas demográficas e econômicas estão mais distantes do processo de ocupação das fronteiras, teve sua história muito condicionada pela ocupação e expansão das áreas do cerrado via políticas públicas e privadas de colonização.

De fato, como mostra a Tabela 4, em 2010 o Centro-Oeste atingia um grau de urbanização superior ao do país e mesmo nos Estados nos quais se sabe a questão da fronteira e da atividade agropecuária é importante, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o percentual de pessoas vivendo nas cidades indica que realmente suas ocupações estão ligadas à dinâmica urbana e não a rural.

TABELA 4  
GRAU DE URBANIZAÇÃO  
BRASIL, REGIÃO NORTE E CENTRO-OESTE  
1991-2010

País, Região e Estado	1991	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>75,5</b>	<b>81,2</b>	<b>84,4</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>81,3</b>	<b>86,7</b>	<b>88,8</b>
Mato Grosso do Sul	79,4	84,1	85,6
Mato Grosso	73,2	79,4	81,8
Goiás	80,8	87,9	90,3
Distrito Federal	94,7	95,7	96,6
<b>Norte</b>	<b>57,8</b>	<b>69,8</b>	<b>73,5</b>
Rondônia	58,2	64,1	73,6
Acre	61,9	66,4	72,6
Amazonas	71,4	74,8	79,1
Roraima	64,6	76,1	76,6
Pará	50,4	66,5	68,5
Amapá	80,9	89,0	89,8
Tocantins	57,7	74,3	78,8

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

É bem verdade que o Centro-Oeste não é homogêneo e que, portanto, é possível encontrar algumas exceções neste comportamento como é o caso do Distrito Federal e seu entorno, uma

situação especial na dinâmica do cerrado, e de algumas áreas de mais recente ocupação e, portanto, de menor estoque demográfico e passível de maior impacto pelos fluxos migratórios. Como se verá mais adiante, as taxas de crescimento de algumas microrregiões<sup>8</sup> dos estados do Centro-Oeste de fato, revelavam que, nos anos 2000, ainda existiam áreas de crescimento demográfico significativo em função da dinâmica do agronegócio.

Isso é o que mostra claramente a Tabela 5, onde se observa que regiões ligadas a estas atividades como as microrregiões de Parecis, Alto Teles Pires e Sinop estão entre aquelas de maior crescimento no Estado, superando em muito inclusive a dinâmica das microrregiões polarizadas pelas capitais.

TABELA 5  
TAXA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO MÉDIA ANUAL  
REGIÃO CENTRO-OESTE E NORTE, MICRORREGIÕES SELECIONADAS  
2000/2010

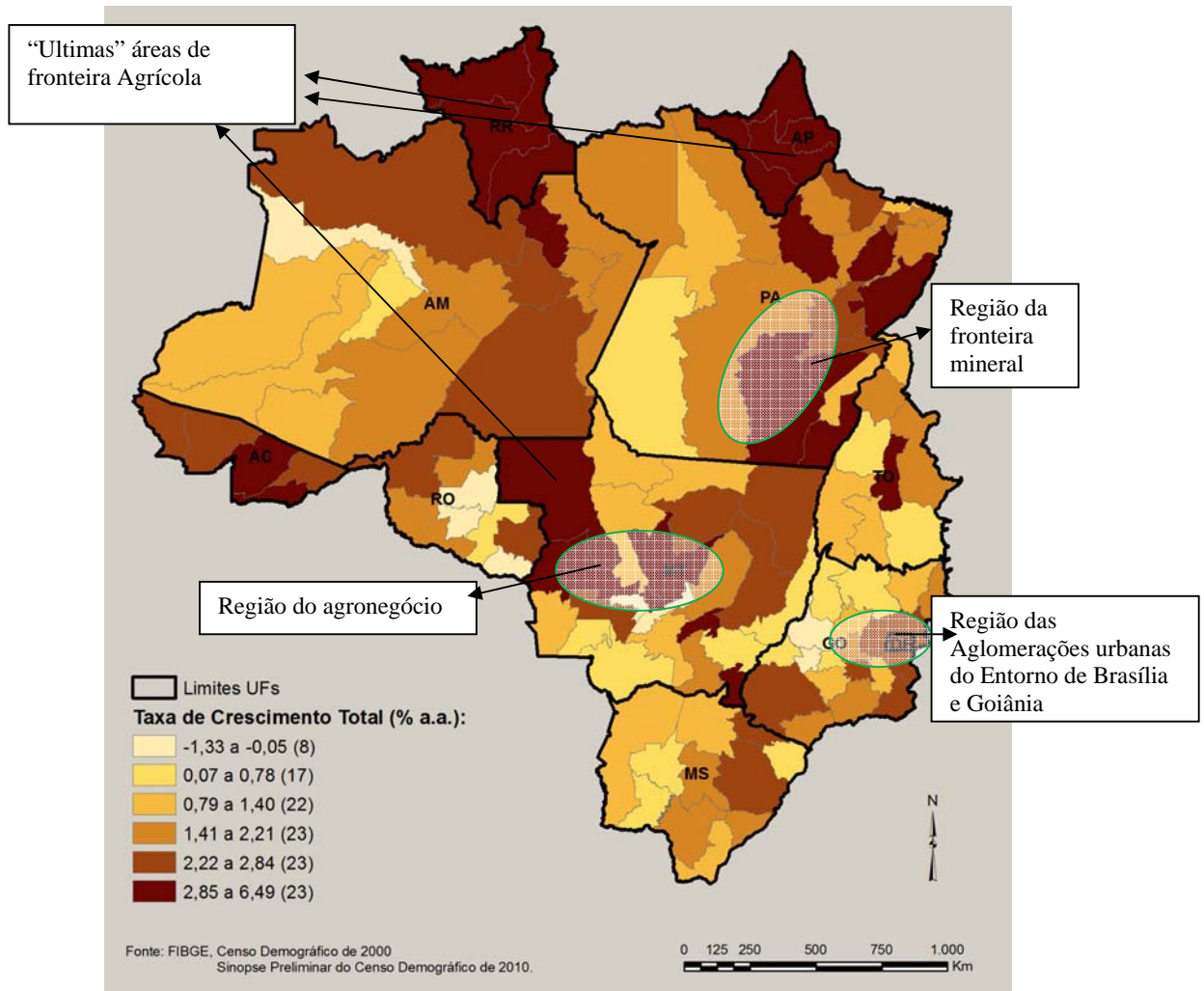
Região	Unidade da Federação	Microrregião	Crescimento demográfico médio anual 2000/2010 (%)	
			Urbano	Total
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	1,80	1,90
	Mato Grosso	Cuiabá	1,40	1,39
		Aripuanã	3,38	3,55
		Parecis	4,90	3,72
		Alto Teles Pires	7,72	6,49
		Sinop	2,35	2,78
	Goiás	Goiânia	2,33	2,25
	Goiás/DF	Entorno de Brasília	2,63	2,59
Distrito Federal	Brasília	2,38	2,28	
Norte	Rondônia	Porto Velho	3,72	2,72
	Acre	Rio Branco	3,34	2,76
	Amazonas	Manaus	2,63	2,50
	Roraima	Boa Vista	3,43	3,34
	Pará	Belém	1,31	1,43
		São Félix do Xingú	8,80	6,43
		Paraupébas	7,55	5,23
		Marabá	3,18	2,84
	Amapá	Macapá	3,46	3,38
	Tocantins	Porto Nacional	4,18	3,97

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Ainda sobre esta questão é bom considerar que, como lembram (MULLER e MARTHA JUNIOR, 2008), o agronegócio tem passado por algumas oscilações: “No caso brasileiro, têm sido fundamentais as mudanças na dinâmica de mercados de produtos agropecuários que podem ser gerados em zonas de fronteira. O crescimento – interno e internacional – da demanda por commodities agrícolas, incluindo o complexo carnes, tem sido decisivo para a expansão de frente agropecuárias no Brasil. Entretanto, retrações de demanda podem vir a estancar uma dada expansão, ou mesmo causar a retração de uma dada frente da atividade.” (p.109).

<sup>8</sup> Correspondem a uma divisão regional menor utilizada pelo IBGE que reúne grupos de municípios, em geral polarizados, por um município maior de importância localizada do nos respectivas Unidades da Federação.

MAPA 1  
TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL POR MICRORREGIÕES  
REGIÃO NORTE E CENTRO-OESTE, 2000/2010



No entanto, pelo menos os dados analisados neste momento, não sugerem que mesmo a recuperação dos preços dos commodities observado nos últimos anos tenha grande impacto sobre a dinâmica demográfica global da região, não obstante, não se possa negar que em nível de algumas cidades e, sobretudo, sobre o meio urbanos, tais efeitos ficam cada mais evidentes.

Existem ainda dois elementos que devem ser considerados para se compreender o dinamismo ainda existente em algumas zonas do Centro-Oeste. Por um lado a dinâmica que se poderia chamar de urbana/metropolitana representada pelas microrregiões polarizadas por Goiânia (capital de Goiás), Brasília (ou Distrito Federal) e o Entorno de Brasília<sup>9</sup>; por outro no caso da microrregião de Aripuanã localizada no extremo noroeste de Mato Grosso, provavelmente

<sup>9</sup> A RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento) do Entorno de Brasília corresponde a uma importante aglomeração urbana de mais de 1 milhão de habitantes e que envolve não apenas o Distrito Federal, mas também municípios de Goiás e Minas Gerais.

representa uma das últimas áreas de ocupação mais intensa ligada a fronteira agrícola e, como é comum no Estado, ao desmatamento e conseqüente atividade madeireira.

Ou seja, o Centro-Oeste mesmo que com intensidade menor, ainda deve a sua ocupação territorial e crescimento demográfico a dois processos: a expansão das fronteiras agrícolas e avanço do agronegócio e a urbanização e crescimento das grandes aglomerações urbanas.

Em termos da região Norte, o que se observa é que até mesmo áreas que no final do século passado e começo deste vinham mantendo certo dinamismo demográfico como são os casos do Roraima e Amapá, certamente influenciados pelas atividades ligadas a fronteira agrícola, também já mostram visível redução dos seus ganhos populacionais seja em termos de volume (Tabela 2) ou mesmo intensidade. Como apontam HOGAN, D'ANTONA E CARMO, 2008: "Considerando a incorporação de terras para a agropecuária no Brasil no século XX, a caracterização da expansão da fronteira agrícola e suas frentes...define a Região Norte como uma área de fronteira 'recente', a partir da década de 1970" (p.85)

"As décadas recentes têm mostrado um arrefecimento dos fluxos migratórios internos... Assim os movimentos recentes não possuem as mesmas características dos processos ocorridos até o final da década de 1970..." (p.86-87)

Quanto ao Pará, os dados sugerem que o primeiro quinquênio dos anos 2000 foi importante no seu crescimento o que, de certa forma, encontra-se em consonância com o que se sabe sobre o desempenho da sua capital Belém e entorno e, sobretudo, da sua porção sudoeste na qual as atividades mineradoras trouxeram para a área grande movimentação de trabalhadores, posseiros e outros em busca dos benefícios das atividades lá desenvolvidas especialmente pela Cia Vale do Rio Doce (FELIX, 2008).

"No momento mais recente, a retomada das atividades econômicas principalmente relacionadas à produção mineral, serviu como atrativo e suporte para a sustentação de novos fluxos migratórios, especialmente ao Sudoeste do Pará" (HOGAN, D'ANTONA e CARMO, 2008, p.87)

Já no caso do Estado do Amazonas, certamente parte significativa do dinamismo demográfico (mesmo que pouco intenso) esteve praticamente sustentado no crescimento de sua capital, Manaus que além de um crescimento acima da média estadual (2,5% contra 2,1%) corresponde a mais de 50% da população total do estado.

De fato, os dados apresentados na Tabela 4 e 5 mostram que, ao mesmo tempo em que o grau de urbanização abaixo do observado no país reflete que a ocupação de áreas rurais ainda segue tendo sua importância, principalmente em função da continuidade do processo de ocupação e desmatamento de áreas de floresta, também existem áreas de dinamismo demográfico que respondem a pelo menos dois outros aspectos: o primeiro ligado ao que se poderia chamar de fronteira mineral cujas atividades desenvolvidas por grandes mineradoras (como a Vale do Rio Doce) impactaram a ocupação de várias áreas como as microrregiões de Paraupabas, Marabá e São Félix do Xingu; o segundo ligado ao crescimento das aglomerações que envolvem as capitais dos respectivos estados. Neste particular é interessante notar que, ao contrário do Centro-Oeste, nos estados do Norte boa parte do dinamismo demográfico é dado pelo que acontece em suas capitais e áreas circundantes.

Aliás, dentro deste contexto não é se estranhar, por exemplo, que no Amazonas, quase 60% da população viva na microrregião polarizada por Manaus, 57% na micro de Rio Branco, 71% na de Boa Vista e 82% na microrregião de Macapá. Tanta primazia somente não é observada nos casos dos Estados de Tocantins e Belém nos quais as micros que envolvem as capitais representam da população estadual 23% e 28% respectivamente. De qualquer forma é bom lembrar que é justamente nestes dois Estados, particularmente em suas porções mais ao sul, ou



seja, limítrofes ao Mato Grosso, onde se observa parte significativa do que ainda seria o avanço das frentes de expansão agropecuária.

## V. A QUE SE DEVEM TAIS MUDANÇAS: UMA BREVE ANÁLISE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

A matriz de trocas migratórias<sup>10</sup> estabelecidas entre as regiões brasileiras apresentadas a seguir deixa claro como foi o balanço dos movimentos de entrada e saída de população nos períodos 1999/2004 e 2004/2009. A observação dos dados relativos aos fluxos migratórios desta forma deixa claro quais áreas ganharam e quais perderam população no processo migratório no período de tempo considerado.

Fixando a atenção nas duas regiões enfocadas neste trabalho<sup>11</sup>, percebe-se que, nos primeiros anos da década se 2000, no caso da região Norte, destacam-se os ganhos populacionais que representaram as trocas migratórias estabelecidas com o Nordeste (ganho de 86 mil pessoas), fato que apenas reforça tendências passadas. Já no caso do Centro-Oeste, este obtém ganhos com todas as regiões brasileiras, fato indicativo de que, mesmo com muito menor intensidade, ainda se constituía no período em área de atração demográfica.

TABELA 6  
MATRIZ MIGRATÓRIA POR GRANDES REGIÕES  
1999/2004

Residência em 1999	Residência em 2004				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	-	-86.062	-4.799	3.435	23.685
Nordeste		-	-71.821	-4.839	77.185
Sudeste			-	80.739	57.949
Sul				-	44.749
Centro-Oeste					-

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor).  
Obs: valores negativos representam perdas para as regiões dispostas nas colunas, sendo que os positivos indicam perdas para aquelas dispostas nas linhas.

Já no quinquênio seguinte, ou seja, 2004/2009 algumas mudanças são bem perceptíveis. Em primeiro lugar a Região Norte deixa de apresentar ganhos nas suas trocas com o Nordeste, fato que chama atenção na medida em que, como se observa na Tabela 2, esta última região apresentou no período aumento relevante de sua emigração<sup>12</sup>. No caso do Centro-Oeste, contudo, o Nordeste não apenas continua sendo o protagonista dos ganhos registrados por aquela região, como também incrementa em quase 50% o volume de suas perdas líquidas para os Estados do cerrado brasileiro.

<sup>10</sup> Para duas áreas determinadas, define-se “troca migratória” como o resultado da diferença entre os fluxos estabelecidos em direções contrárias (de A para B e de B para A).

<sup>11</sup> Detalhamento sobre as trocas migratórias em nível nacional pode ser obtida em estudos anteriores como os de CUNHA, 2006, CUNHA E BAENINGER, 2005 e BAENINGER, 2008.

<sup>12</sup> Uma rápida revisão da matriz migratória em Anexo mostra que esta aparente contradição reflete o recrudescimento da emigração do Nordeste para áreas do Sudeste, em especial São Paulo. Ou seja, parece ser que foi a região Norte de deixou de apresentar atrativos para a continuidade da emigração nordestina.



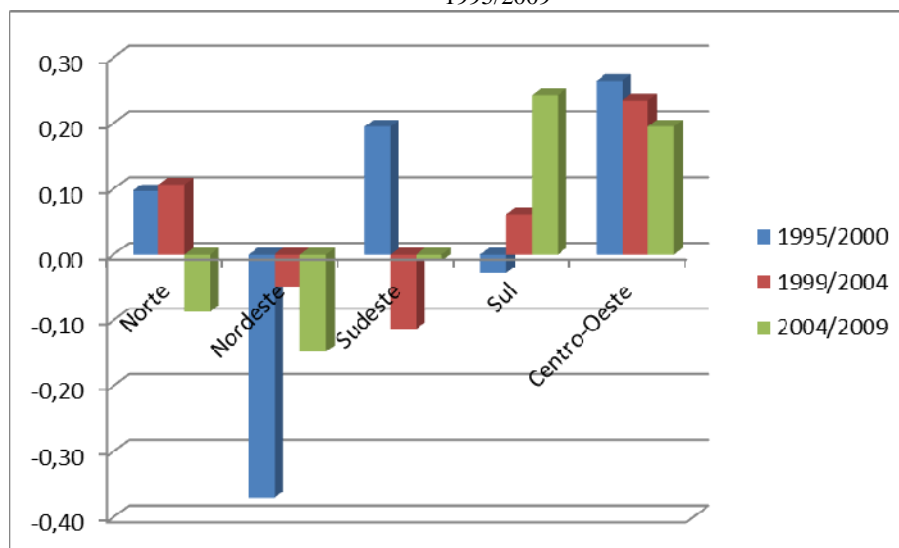
TABELA 7  
MATRIZ MIGRATÓRIA POR GRANDES REGIÕES  
2004/2009

Residência em 2004	Residência em 2009				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	-	3.273	-10.957	-7.948	23.295
Nordeste		-	231.705	16.471	110.092
Sudeste			-	79.692	54.154
Sul				-	2.414
Centro-Oeste					-

Fonte: FIBGE, PNAD 2009 (Tabulações especiais do autor).  
Obs: valores negativos representam perdas para as regiões dispostas nas colunas, sendo que os positivos indicam perdas para aquelas dispostas nas linhas.

As situações comentadas podem ficar mais claras quando se observa outro indicador da migração: o índice de eficácia migratória. De fato, ao analisar conjuntamente os dados sobre volume e intensidade de migração (Tabela 2 e Gráfico 1) e o comportamento deste indicador (Gráfico 2), algumas características de migração no Brasil e nas Regiões Norte e Centro-Oeste ficam um pouco mais claras.

GRÁFICO 2  
ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA  
GRANDE REGIÕES BRASILEIRAS  
1995/2009



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004 e 2009.

Ao mesmo tempo que reduz sua intensidade de ganhos populacionais o Centro-Oeste também parece reduzir sua capacidade de retenção populacional, característica representada pelo queda do seu IEM. No caso do Norte a avaliação conjunta dos indicadores mostra tratar-se aparentemente de uma verdadeira reversão do que vinha sendo observado nas trocas migratórias desta região com o resto do país e, como se mostrou, especialmente com o Nordeste.

De qualquer maneira, mesmo com os dados do período 2004/2009 sugerindo certas mudanças com relação ao que se havia observado no final dos anos 1990 e começo dos 2000, ainda é cedo para conclusões mais definitivas. Pode-se dizer, no entanto, que as questões centrais a serem destacadas para o processo migratório nacional e, particularmente no Norte e Centro-Oeste,

dizem respeito por um lado, à importância do que ocorre ainda nos maiores centros urbanos e, por outro lado, o desaparecimento quase que por completo das possibilidades das fronteiras agrícolas como motor propulsor da redistribuição espacial da população no país.

É neste último contexto que se detalha um pouco mais o que se tem acontecido com fluxos migratórios envolvendo os Estados do Norte e Centro-Oeste.

## **VI. MIGRAÇÃO E FRONTEIRA AGRÍCOLA: O ESGOTAMENTO DE UM PROCESSO?**

O progressivo fechamento das fronteiras agrícolas que tanto impulsionaram a ocupação demográfica das regiões Centro-Oeste e Norte no país é um tema recorrente nos estudos sobre migração.

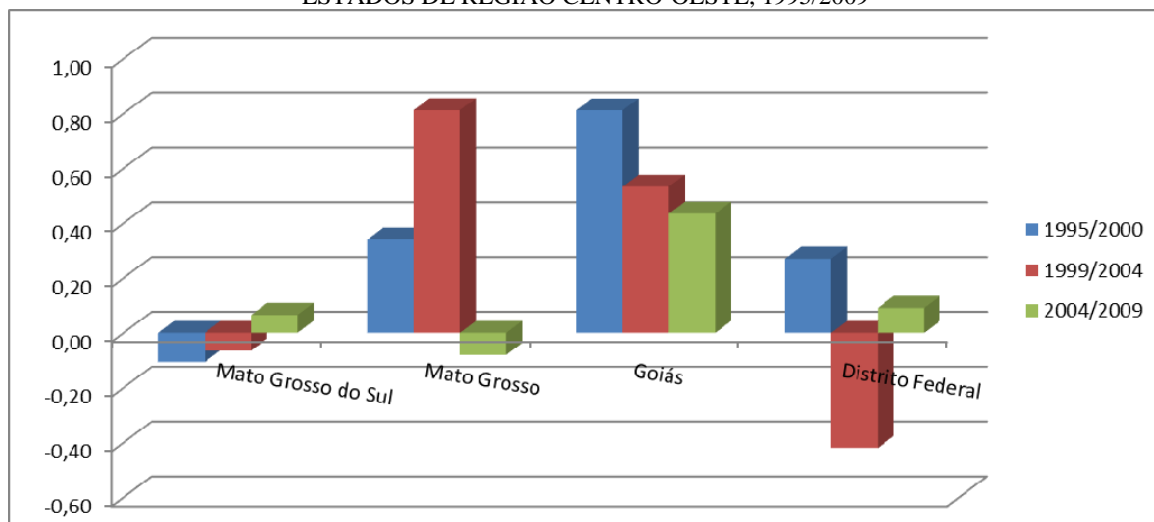
Seja em função das fortes transformações na estrutura produtiva destas regiões, em particular no cerrado brasileiro, com a intensificação do agronegócio e da pecuária – ambos intensivos em uso da terra e baixo nível de geração de empregos diretos –, da saída do Estado como financiador de projetos de colonização, da redução da agricultura familiar, ou mesmo da ineficiência e pouca amplitude dos projetos de reforma agrárias na região, a verdade é que o Brasil vive um momento em que as possibilidades da fronteira como válvula de escape e fonte de desconcentração demográfica se não se esgotaram estão agonizando.

De fato, trabalho anterior analisando as décadas de 1970 a 1990 para o Estado de Mato Grosso apontava que o potencial atrativo de Estado como “área de fronteira não consolidada, progressivamente, vai se esgotando, fato que se reflete nas formas possíveis de inserção dos migrantes, em geral trabalhadores rurais, pequenos produtores e descapitalizados, a quem restam poucas alternativas nos centros urbanos ou nos assentamentos ligados à Reforma Agrária” (CUNHA, 2006, p.104).

Como mostram os dados da Tabela 1, mesmo na Região Norte que no Censo de 2000 ainda apresentava Estados com crescimento demográfico significativo, como o Pará, Amapá e Roraima, é visível esta situação.

O Gráfico 3 e 4 mostram que as intensidades de ganhos populacionais se reduziram significativamente no final da década de 2000 para praticamente todos os estados do Centro-Oeste e da Região Norte.

GRÁFICO 3

TAXA DE MIGRAÇÃO LÍQUIDA MÉDIA ANUAL  
ESTADOS DE REGIÃO CENTRO-OESTE, 1995/2009

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004 e 2009.

No Centro-Oeste, por razões distintas, chama a atenção o comportamento de duas Unidades da Federação: o Mato Grosso e o Distrito Federal. No primeiro caso, é notável a significativa queda da intensidade dos ganhos populacionais e no segundo parece se configurar uma recuperação dos ganhos registrados nos anos 1990. Para melhor compreender esta situação um olhar mais pormenorizado nas matrizes migratórias em Anexo podem dar pistas interessantes.

Em primeiro lugar, Mato Grosso registra para a primeira metade da década de 2000 um crescimento significativo dos fluxos intra-regionais, em particular, aqueles provenientes do Mato Grosso do Sul e Goiás, fato que, como já enfatizado, denota a intensificação da ocupação de certas áreas em particular aquelas ligadas ao agronegócio. Como exemplo, pode-se citar o elevado crescimento demográfico médio anual na década de 2000 de municípios como Sinop<sup>13</sup> (4,2%), Sorriso (6,4%), Nova Mutum (7,8%), Campos Novos do Parecis (4,6%) entre outros. Ou seja, há poucas dúvidas que o crescimento de suas taxas de ganhos populacionais esteja refletindo este momento que, como se vê, não se repete do período seguinte.

Por outro lado, o Distrito Federal que como já foi dito, pouco tem a ver com a dinâmica de ocupação do cerrado via agronegócios ou ocupação de novas fronteiras, depois de perdas líquidas no começo do anos 2000 volta a apresentar algum ganho ainda que com pequeno impacto na população. Também neste caso percebe-se que o grande fator impulsionador desta mudança foi o resultado das trocas com o Nordeste que, assim, como no caso como o Sudeste, voltou a perder população em termos líquidos para o Distrito Federal. Ou seja, também neste caso fica configurada a ideia de que a recuperação econômica e do mercado de trabalho nos grandes centros talvez sejam boas explicações para redução da capacidade de retenção do Nordeste.

O comportamento da migração líquida talvez fique mais claro ao se observar as Tabela 8 que apresenta as trocas migratórias líquidas estabelecidas entre os Estados do Centro-Oeste e as Grandes Regiões Geográficas do país<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Uma curiosidade bastante reveladora do dinamismo do “meio norte” mato-grossense é que tramita no Congresso Nacional um projeto para a criação do Estado do Araguaia com capital Sinop que implicaria na divisão do atual Estado de Mato Grosso.

<sup>14</sup> Para detalhes das trocas entre Unidades da Federação ver matriz migratória em anexo.

Neste caso percebe que Mato Grosso de ganhos expressivos com praticamente todas as regiões no começo da década de 2000 passa a apresentar perdas, especialmente com os próprios estados do Centro-Oeste que como se sabe (CUNHA, 2002a) representava importante fonte de imigração. No caso do Distrito Federal o aumento da intensidade da migração líquida coincide com ganhos a mudança de comportamento desta áreas na segunda metade dos anos 2000 quando passa a apresentar resultados positivos nas trocas com outras regiões do país.

Mato Grosso do Sul apesar de apresentar trocas pouco significativas nos dois período chama a atenção por sua drástica redução de trocas com o próprio Centro-Oeste fato que reflete certamente, como já dito, a perda da intensidade da ocupação das fronteiras, em especial do Mato Grosso. Finalmente Goiás, mesmo que com intensidades menores, mostra ter mantido seus ganhos com praticamente todo o país, em especial o Nordeste e Distrito Federal.

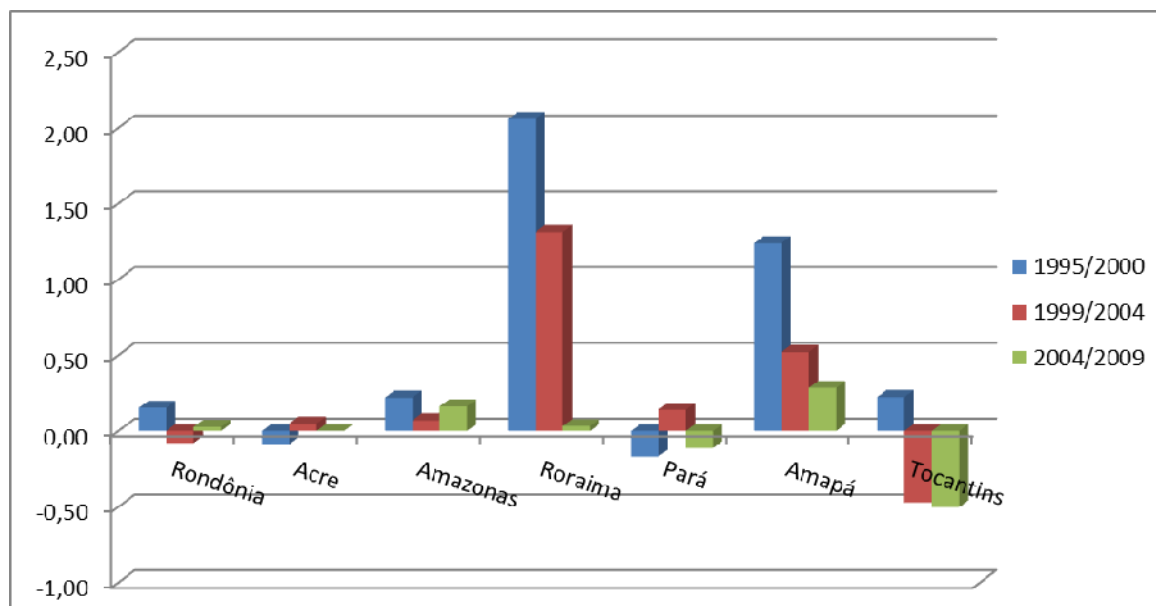
TABELA 8  
TROCAS MIGRATÓRIAS LÍQUIDAS SEGUNDO GRANDES REGIÕES  
ESTADO DO CENTRO-OESTE  
1999/2009

Região	M.G.do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
	1999/2004			
Norte	3.704	9.202	19.213	-8.434
Nordeste	3.299	15.292	62.005	-3.411
Sudeste	5.079	6.810	27.297	18.763
Sul	8.703	33.232	59	2.755
Centro-Oeste	-27.985	47.144	38.423	-57.582
	2004/2009			
Norte	-1.637	-360	19.943	5.067
Nordeste	-811	7.037	65.482	8.718
Sudeste	13.261	-14.335	22.456	18.790
Sul	-950	-3.872	-4.894	2.695
Centro-Oeste	-2.168	-497	26.069	-23.404

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 e 2009.

Entre os estado da Região Norte não houve exceções, ou seja, todos eles apresentaram queda significativa de suas taxas de migração líquida o que reflete o já comentado processo de arrefecimento da ocupação demográficas das áreas de fronteira. No entanto, ao menos três casos chamam mais atenção pela drástica redução da migração sugerida pelos dados: Roraima, Amapá e Tocantins. Mesmo no Pará que, como dito e anunciado por outros autores (HOGAN, D'ANTONA e CARMO, 2008 e CORRÊA e CARMO, 2011), teria apresentado uma dinâmica mais intensa impulsionada pela expansão da fronteira mineral, parece ser que tal impulso não se manteve por um longo tempo.

GRÁFICO 4  
TAXA DE MIGRAÇÃO LÍQUIDA MÉDIA ANUAL  
ESTADOS DE REGIÃO NORTE, 1995/2009



Fonte: Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004 e 2009.

Como se percebe na Tabela 9, Roraima reduz bruscamente os volumes de suas trocas com a regiões. No caso do Amapá chama a atenção uma vez mais a situação com o Nordeste que no final dos anos 2000 não mais perdia população em termos líquidos para este Estado. Situação semelhante constata-se para o Pará que depois de registrar cifras expressivas com o Nordeste passa a perder volumes significativos. Tocantins, por sua vez parece ter intensificado suas perdas líquidas para o Centro-Oeste. Chama atenção finalmente o forte incremento dos ganhos do Estado do Amazonas nas trocas com os demais Estados da Região Norte.

TABELA 9  
TROCAS MIGRATÓRIAS LÍQUIDAS SEGUNDO GRANDES REGIÕES  
ESTADO DA REGIÃO NORTE  
1999/2009

Região	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins
	1999/2004						
Norte	3.560	434	3.938	11.173	-6.606	8.536	-21.035
Nordeste	2.710	-1.008	3.549	16.105	66.665	4.706	-6.665
Sudeste	1.395	315	3.123	803	-8.196	2.289	5.070
Sul	-5.251	-118	1.428	-2.022	-2.226	93	4.661
Centro-Oeste	-8.607	1.942	-965	-1.000	-1.952	-1.380	-11.723
2004/2009							
Norte	2.620	-317	22.032	-581	-24.669	9.532	-8.617
Nordeste	-1.647	-869	-1.243	425	-29.291	-1.239	1.914
Sudeste	-2.122	-1.085	2.863	1.159	12.737	-206	-2.853
Sul	2.922	1.801	1.310	19	-721	1.051	2.929
Centro-Oeste	270	503	2.546	-346	36	-224	-25.798

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 e 2009.

Ou seja, se o dados da PNAD 2009 forem confirmados pelo Censo 2010 - ao menos as taxas de crescimento demográfico já permitem esperar por isso – é bem provável que se tenha observado ao longo do anos 2000 os últimos suspiros da ocupação territorial brasileira relacionados à fronteira agrícola.

É bem verdade que o destino demográfico e migratório destas duas regiões não pode ser avaliado simplesmente através das dinâmicas de ocupação da fronteira. Como já enfatizado, o crescimento e dinamismo de vários centros urbanos muitos deles encabeçados pelas capitais dos Estados e seus arredores e ainda a existência nestas regiões – em particular na Amazônia Legal - de riquezas naturais tornam qualquer tipo de prognóstico no mínimo apressado.

Um bom exemplo disso é uma reportagem<sup>15</sup> recente sobre os impactos esperados em determinada zona do Pará, mais especificamente, no município de Altamira, por conta da implantação da hidroelétrica de Belo Monte. As cifras citadas na reportagem são incríveis: no pico da obra, previsto para 2013, serão cerca de 19 mil empregos diretos; se espera mais de 100 mil migrantes; serão removidas do local da inundação mais de 4300 famílias; ainda segundo a reportagem o município de cerca de 100 mil habitantes já recebeu 20 mil novos residentes apenas por conta do anúncio da obra. Certo ou não, exagerado ou não, a verdade é que outras experiências ocorridas no próprio Pará, como as intervenções da Companhia Vale do Rio Doce na região de Marabá, ou mesmo o garimpo em Serra Pelada, mostram que, de fato, acontecimentos deste tipo podem transformar significativamente a dinâmica demográfica de uma área.

## VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica demográfica brasileira modificou-se significativamente nas últimas três décadas e com ela as características de sua população e os desafios econômicos e sociais delas decorrentes. No caso específico da migração a situação não foi distinta.

Sendo a migração, via de regra, muito mais suscetível às mudanças estruturais e até mesmo conjunturais, em particular nos processos de desenvolvimento econômico dos países, no Brasil ela também vem sofrendo importantes mudanças que vão desde a redução da mobilidade espacial interestadual, passando pela alteração do perfil das antigas áreas de atração e expulsão demográfica, até a intensificação de dinâmicas intra-regionais ou mais localizadas, que espelham as novas configurações territoriais que vão se apresentando no período pós-fordista e nos tempos da acumulação flexível.

Especificamente nas regiões aqui estudadas, Norte e Centro-Oeste, os dados analisados, bem como as constatações de vários outros autores, dão conta de que de áreas importantes para se compreender um dos principais processos de redistribuição espacial da população observados no país nos anos 1960 e 1970, estas regiões vão transformando suas estruturas produtivas e processos de ocupação demográfica de tal modo que, diferentemente do passado, não mais podem ser vistas como as “válvulas de escape” para a concentração demográfica no eixo Sudeste do país.

Tal comportamento adequa-se muito bem às constatações de Baeninger (2008) para quem “..no início do século XXI, as migrações internas tornaram-se ainda mais complexas, sem a definição – que anteriormente poderia se visualizar – dos rumos da migração no país, considerando o comportamento verificado em décadas ou quinquênios anteriores. O descolamento da relação migração-industrialização, migração-fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração mobilidade social no contexto atual da economia e da

---

<sup>15</sup> Revista Época do dia 11 de julho de 2011, páginas 60 a 66.

reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil... (p.4)”.

Ou seja, vários processos em curso no país, especificamente aqueles ligados ao avanço do agronegócio, a continuidade da concentração de terras, a falta de uma política eficaz de reforma agrária, ou outros meios de assentamentos de trabalhadores rurais etc., parecem ter decretado o fim da era da ocupação das fronteiras agrícolas no Brasil e com ela o desaparecimento progressivo de uma possibilidade concreta de reprodução social de um número significativo de brasileiros.

A urbanização extensiva que caracteriza nosso país transforma aqueles que poderiam e gostariam de desenvolver atividades agropecuárias, em especial, ligadas à agricultura familiar, em cidadãos urbanos sem grandes expectativas ou ainda em indivíduos vivendo “um conto sem fim” (CUNHA, 2002a), em busca de um lugar onde, finalmente com terras, apoio técnico e governamental, produtos viáveis e escoamento de sua produção etc. pudessem permanecer e prosperar.

Obviamente que com isso não se está fazendo qualquer tipo de apologia contra o agronegócio, até porque este comprovadamente tem sido o esteio sobre o qual vários dos Estados aqui estudados têm se desenvolvido. Apenas pretende-se mostrar que pela forma como este processo foi conduzido, o Brasil, perdeu uma chance de resgatar da pobreza, em particular a urbana – talvez a mais chocante de todas – milhões de brasileiros e suas famílias.

Ao que tudo indica, a migração interna no Brasil sofreu importantes mudanças nos anos 2000 e o Centro-Oeste e Norte não ficaram inunes a isso. Pode-se dizer que contribuíram de forma significativa para o que pode ser a nova face e fase dos movimentos migratórios no país na próxima década.

A prudência manda esperar que o Censo Demográfico de 2010 confirme as tendências aqui alinhavadas; já a esperança sugere esperar que a próxima década traga melhores notícias, ao menos para os migrantes do mundo rural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008.
- CORRÊA, V.M.de e CARMO, R.L.do Fronteira da exploração mineral na Amazônia: o setor mineral e a dinâmica demográfica na mesorregião sudeste paraense. IN: D'ANTONA, A.O. e CARMO, R.L. Dinâmicas demográficas e ambiente. Campinas, NEPO/UNICAMP, 2011.
- CUNHA, J. M. P. A Migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. Parcerias Estratégicas. Brasília, n. 22, p.381-439, junho. 2006a.
- \_\_\_\_\_. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso, Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, vol. 23, p.87-107, junho. 2006b.
- \_\_\_\_\_. e BAENINGER, R. Cenários da Migração no Brasil nos anos 90. Cadernos do CRH. Salvador, vol. 18 nº 43 - jan./abril 2005
- \_\_\_\_\_. Redistribuição Espacial da População no Brasil: Tendências e a Trajetória. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, vol. 17, n.3-4, jul/dez, 2003.
- \_\_\_\_\_. A Migração no Centro-Oeste Brasileiro no Período 1970/96: o Esgotamento de um Processo de Ocupação. Campinas: NEPO/PRONEX/Unicamp, 2002a.
- \_\_\_\_\_. O uso das PNAD's na análise do fenômeno migratório: possibilidades, lacunas e desafios metodológicos. Textos para Discussão n.875 – IPEA. Rio de Janeiro: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2002b. 39 p
- \_\_\_\_\_. Migração no Centro-Oeste Brasileiro: as tendências e características do período 1986/96. Pág. 89-132. in D.J. Hogan, R.L. do Carmo, J.M.P. da Cunha, R. Baeninger, (orgs.). Migração e Ambiente no Centro-Oeste. Campinas, Núcleo de Estudos de População, 2002c.
- DEDECCA, C.S. e ROSANDISKI, E.N. Enfim , esperança de réquiem para a tese da 'inempregabilidade'. Carta Social e do Trabalho. Instituto de Economia, Campinas, n. 3 – jan./abr. 2006.
- FELIX, G.A. Desenraizamento social, superexploração do trabalho e mobilidade espacial no sudeste do Pará. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: Anais..., 2008.
- FIBGE, Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisa, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 27. Rio de Janeiro, 2010 ([http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS_2010.pdf)) acesso em 27/06/2011.
- Hoffmann, R. Desigualdade da renda e das despesas per capita no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar. Economia e Sociedade. Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 647-661, dez. 2010.
- HOGAN, D.J.; D'ANTONA, A. e CARMO, R.L.D. Dinâmica Demográfica Recente da Amazônia. IN: BATTISTELLA, M.; MORAN,E.F. e ALVES,D.S. (orgs). Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação. São Paulo, Edusp, 2008.
- MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Brasília: Ipea, 1994 (Texto para discussão,329).
- MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. Revista Brasileira de Estudos de População, n.12 (1/2), 1995.



MULLER, C.C. e MARTHA JUNIOR, A. Agropecuária e o Desenvolvimento Socioeconômico Recente do Cerrado. In:.... Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócios e recursos naturais...

OLIVEIRA, Kleber F. Demografia da pobreza em Sergipe: migração, renda e características municipais a partir dos anos 80. Doutorado em Demografia. IFCH/UNICAMP, Campinas, 2009

PACHECO, C.A e PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998. Anais ... Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998.

PEREIRA, J.M.P.D. Política de transferência de renda e migração na Bahia: alguma conexão? Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP, Campinas, 2011.

POCHMANN, M. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais.

Estudos Avançados. São Paulo, n. 23 (66), 2009

\_\_\_\_\_. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 637-649, out./dez. 2010

RIPPEL, R. Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000. Campinas, 2005. 295f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

## ANEXO 1

## MATRIZ MIGRATÓRIA INTERESTADUAL 1999/2004 – PNAD 2004

Matriz migratória por UF de residência atual e UF de residências 5 anos antes do levantamento.															
Brasil, 1999/2004															
UF em 1999	UF em 2004										UF em 2004				
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Piauí	Ceará	R.G. Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe
Rondônia	.	3.456	4.906	483	612	.	219	.	1.566	217	.	2.260	.	.	.
Acre	3.310	.	2.491	322	174	209	.	.	.	217	2.340	.	.	908	.
Amazonas	6.045	3.020	.	6.759	17.628	.	219	798	1.046	1.730	468	5.877	213	.	668
Roraima	236	.	6.425	.	438	.	.	1.594	.	.	.	.	.	.	.
Pará	3.645	309	21.949	9.583	.	22.604	17.243	38.258	1.045	4.040	.	1.809	213	.	.
Amapá	.	155	1.838	643	11.423	.	218	797	.	217	.	452	.	.	.
Tocantins	.	.	.	482	38.452	.	.	24.707	.	1.010	.	.	852	.	.
Maranhão	1.892	.	8.442	15.285	91.177	5.337	15.500	.	22.467	6.584	468	.	3.706	.	335
Piauí	219	310	1.223	321	3.358	.	2.184	47.024	.	11.984	.	1.356	1.533	.	.
Ceará	710	309	1.223	1.288	5.259	209	873	9.564	8.360	.	5.148	8.588	2.087	2.727	1.004
R.G.Norte	.	1.394	610	.	.	209	873	.	.	3.110	.	7.233	2.214	.	669
Paraíba	1.130	155	305	.	.	.	.	.	2.613	1.592	5.616	.	16.698	.	669
Pernambuco	945	155	2.364	161	6.397	.	1.312	5.579	3.135	11.982	1.874	11.755	.	31.799	335
Alagoas	.	.	.	.	1.316	.	219	797	.	.	1.404	4.520	28.277	.	1.671
Sergipe	.	134	.	.	697	.	.	.	1.045	.	.	.	212	8.179	.
Bahia	1.857	.	611	644	6.814	417	2.837	.	2.091	5.779	936	1.808	19.247	4.089	21.082
Minas Gerais	3.917	155	.	.	7.827	1.040	4.585	.	2.613	4.470	2.340	2.712	937	.	2.008
Espírito Santo	2.349	.	305	.	2.807	.	.	797	522	3.026	.	.	213	908	3.013
Rio de Janeiro	236	929	2.139	161	2.872	.	1.093	4.782	2.610	18.978	10.303	39.782	14.138	1.817	2.343
São Paulo	3.984	928	5.198	642	8.518	1.249	4.804	19.926	47.023	50.211	31.362	42.039	75.469	26.348	11.712
Paraná	5.299	155	305	483	6.808	1.251	5.021	4.782	523	1.087	.	.	4.087	3.635	.
Santa Catarina	946	.	.	.	439	.	219	.	.	.	.	452	213	.	.
R.G.do Sul	1.375	310	2.138	483	638	.	437	.	.	3.110	1.872	.	426	.	.
M.G.do Sul	946	1.395	.	.	1.664	.	.	.	.	.	.	1.808	724	.	.
Mato Grosso	7.661	908	.	322	4.029	.	1.966	7.173	.	1.008	1.404	.	1.065	454	.
Goiás	709	290	306	161	10.635	.	15.939	7.173	3.658	1.659	468	1.356	3.491	.	.
Distrito Federal	1.635	310	1.223	161	5.129	.	6.551	7.173	19.329	9.669	7.491	4.521	3.917	454	334
Brasil Não Esp.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
País Estrangeiro	1.182	310	917	322	4.384	1.874	218	0	1.566	1.738	1.404	3.164	2.642	0	0
<b>Total</b>	<b>50.228</b>	<b>15.087</b>	<b>64.918</b>	<b>38.706</b>	<b>239.495</b>	<b>34.399</b>	<b>82.530</b>	<b>180.924</b>	<b>121.212</b>	<b>143.418</b>	<b>74.898</b>	<b>141.492</b>	<b>182.574</b>	<b>81.318</b>	<b>45.843</b>

Fonte: FIBGE, PNAD 2004 (Tabulações especiais do autor)

continua

## MATRIZ MIGRATÓRIA INTERESTADUAL 1999/2004 – PNAD 2004 (CONT.)

Bahia	UF em 2004											Total
	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	R.G. Sul	M.G. Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal	
.	3.100	3.290	.	2.701	8.715	2.317	1.839	4.318	13.860	1.380	.	55.239
.	392	.	448	857	.	.	583	616	.	345	.	13.212
429	.	470	447	3.602	386	.	629	924	330	1.034	206	52.928
.	.	.	.	.	2.988	.	.	.	.	.	1.644	13.325
2.988	3.287	1.410	7.004	18.519	2.949	6.370	792	1.851	4.950	14.142	2.466	187.426
.	.	.	.	.	.	1.158	.	.	.	1.380	.	18.281
3.894	3.698	.	.	1.714	597	.	419	.	4.948	28.972	2.259	112.004
1.698	3.680	.	4.562	16.764	.	.	582	616	20.124	22.764	16.033	258.016
1.484	970	.	2.403	14.787	.	.	.	617	.	10.000	14.179	113.952
2.130	10.439	.	6.515	38.152	1.157	1.737	1.001	.	.	5.517	6.577	120.574
215	3.474	.	2.442	9.775	772	.	582	309	660	690	2.053	37.284
3.419	3.513	.	19.340	32.073	1.542	.	629	925	.	2.760	2.878	95.857
33.317	4.833	4.228	9.041	57.835	2.564	.	1.839	925	2.310	5.865	4.318	204.868
5.826	7.728	.	3.096	28.341	.	.	.	618	1.650	.	205	85.668
14.472	1.737	2.819	.	9.602	1.580	.	.	.	990	1.380	411	43.258
.	31.068	23.963	12.664	182.669	2.777	.	3.983	2.466	1.650	36.212	12.954	378.618
20.537	.	35.243	27.761	200.028	5.767	9.844	1.211	4.318	4.619	33.107	23.421	398.460
9.849	49.170	.	21.126	12.259	385	.	209	.	1.320	.	411	108.669
15.090	42.981	22.553	.	42.179	4.530	579	6.708	2.469	660	4.829	10.892	255.653
152.456	193.891	7.048	27.319	.	117.343	41.122	18.586	25.600	18.478	34.489	12.944	978.689
3.119	6.761	2.349	3.951	61.634	.	80.503	19.649	24.985	29.364	2.759	2.672	271.182
1.205	1.177	.	3.908	18.219	51.195	.	47.063	3.701	7.920	1.379	1.232	139.268
1.073	6.759	1.880	1.547	17.360	27.124	60.811	.	2.160	12.540	2.069	2.260	146.372
645	5.416	.	3.504	18.388	13.667	4.634	3.842	.	31.343	7.241	2.054	97.271
988	578	.	1.955	15.734	8.463	4.054	4.075	8.638	.	8.277	2.259	81.011
5.378	30.303	1.879	2.443	10.503	4.781	1.158	209	4.015	34.315	.	27.745	168.574
10.131	14.483	.	4.560	9.862	1.196	.	2.213	.	660	88.980	.	199.982
.	.	.	.	.	.	579	.	.	.	.	.	579
4.042	8.160	2.348	12.658	50.067	25.545	8.106	3.520	5.244	6.600	3.794	7.807	157.612
<b>294.385</b>	<b>437.598</b>	<b>109.480</b>	<b>178.694</b>	<b>873.624</b>	<b>286.023</b>	<b>222.972</b>	<b>120.163</b>	<b>95.315</b>	<b>199.291</b>	<b>319.365</b>	<b>159.880</b>	<b>4.793.832</b>

## ANEXO 2

## MATRIZ MIGRATÓRIA INTERESTADUAL 2004/2009 – PNAD 2009.

UF em 2004	UF em 2009														
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Piauí	Ceará	R.G.Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe
Rondônia	.	1892	6478	.	788	.	450	.	2730	.	.	.	243	.	.
Acre	2983	.	2268	.	.	1050	.	.	.	.	.	2008	.	.	340
Amazonas	4742	1892	.	2332	8145	525	452	3581	.	3688	979	.	732	.	1020
Roraima	1896	.	3421	.	1220	1049	.	3581	.	.	.	.	731	.	.
Pará	2607	1000	27305	4172	.	11429	13749	51054	3275	6967	978	4518	4912	.	340
Amapá	.	.	324	.	4460	.	.	3584	.	510	978	.	.	.	.
Tocantins	.	1200	324	501	20980	263	.	7167	.	2641	.	.	.	.	.
Maranhão	238	.	3886	3090	33040	3276	9469	.	13650	5372	489	502	731	1072	.
Piauí	237	400	.	.	3228	16	1353	13435	.	5500	978	2008	4358	536	.
Ceará	661	600	2268	1168	3990	263	901	2687	10374	.	8806	3514	4959	536	680
R.G.Norte	.	.	648	.	.	263	226	.	.	3624	.	5020	1350	1072	.
Paraíba	.	600	648	834	197	15	902	1791	1638	1020	10766	.	7285	536	2380
Pernambuco	.	.	1620	167	1928	.	451	5373	1092	5350	5382	11042	.	11250	340
Alagoas	711	.	.	.	.	.	.	1791	.	2352	.	.	12326	.	7478
Sergipe	.	.	.	.	.	.	.	.	.	222	.	502	1594	4287	.
Bahia	.	400	648	.	1812	.	225	4476	4368	4456	1467	4518	13807	1608	8840
Minas Gerais	847	600	648	.	6755	.	1127	3583	1637	1909	979	2008	1592	.	1020
Espírito Santo	474	.	.	.	2557	263	226	.	.	.	.	.	488	.	680
Rio de Janeiro	1422	400	4860	501	9457	.	1353	.	3276	10563	1956	12550	5741	.	1700
São Paulo	4981	800	2592	1166	4328	.	2478	3582	16378	30207	14680	10541	34715	21432	8499
Paraná	2845	1000	648	420	1182	.	1351	.	.	.	489	1506	244	.	.
Santa Catarina	711	400	972	.	394	788	902	.	1092	510	3425	1506	488	.	.
R.G.do Sul	.	401	324	.	.	263	676	895	.	222	1468	2509	.	536	.
M.G.do Sul	611	400	648	.	591	.	.	.	.	889	.	3012	1903	.	.
Mato Grosso	6065	674	1600	.	2540	262	677	1791	.	.	978	2510	553	1071	1359
Goiás	1981	400	.	1000	8458	262	11271	8059	2184	444	2938	1506	244	.	2720
Distrito Federal	237	.	972	.	2242	.	2252	8957	13104	7294	2446	3011	1773	.	340
País Estrangeir	2455	400	648	0	4322	0	225	2687	1092	1778	1470	0	4274	0	340
Total	36704	13459	63750	15351	122614	19987	50716	128074	75890	95518	61652	74291	105043	43936	38076
Total s/estr	34249	13059	63102	15351	118292	19987	50491	125387	74798	93740	60182	74291	100769	43936	37736

Fonte: FIBGE, PNAD 2009 (Tabulações especiais do autor)

## MATRIZ MIGRATÓRIA INTERESTADUAL 2004/2009 – PNAD 2009 (CONT.)

													UF em 2009			
Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	R.G.do Sul	M.G.do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal	Total				
	521	1839	469		7538	634			3950	4226	448	32206				
	521				2885				395	352	224	13026				
	961	802		617	3818	634						674	35594			
	522			508		401						1346	14675			
	1442	2240	2815	2471	2834	2070		227	3161	7043	3591	160200				
			469						396	352		11073				
	1805	4293			3744			613	3556	31342	4487	82916				
	2085	5307		8569	12298	634			7111	31696	12344	154859				
		5706	469	4216	30469		2388	2146	790	12677	13912	104822				
	5291	1841	2816	8936	19078	1602	1194	2687	612	790	5984	98073				
	2606	1840		3487	8631	1268	2388	454	613		1760	1797	37047			
	2726	1226		8825	20066	1202			306	395	5988	1571	70917			
	6812	3844	2345	5451	35327		2388			1186	3521	2465	107334			
	10939	3443	2345	1525	27449	2870		227	306	6321		674	80757			
	11942	3231		4722	6680	2237		227			704	225	36573			
		32947	27675	11764	131434	10010	1194	2409	1531	791	29225	16606	312211			
	21604		26735	30792	90598	10111	4776	3228	1838	3953	36970	22886	276196			
	4415	28324		9624	1923	1268	1194	1187			704	1347	54674			
	10414	38937	18297		19082	1836	1791	5203	2450	790	3520	9423	165522			
	93299	111183	16888	23860		87635	37015	7753	23283	5925	14435	10997	588652			
	3368	1628	1408	2978	44296		66867	19659	8577	6321	2816	4265	171868			
	1721	401	938	2651	6682	41817		39628	1533	3556	1409	2021	113545			
	521	4694	2814	3487	4756	10049	57315		5515	3951	704	2916	104016			
	521	2453		2472	9385	10016	5373	1186		8695	704	1346	50205			
	2085	6935		1016	17052	9043	5971	2686	8271		15492	2023	90654			
	7978	11841		508	20824	6841	2388	594	306	15804		26480	135031			
	9786	13418	938	2980	8527	1435	1791	3281		790	52463		138037			
	6615	31318	3284	16233	47724	36408	5373	7331	5515	2371	9155	4935	195953			
	210500	319691	110705	157692	583100	240021	199406	97967	63415	80998	273242	154838	3436636			
	203885	288373	107421	141459	535376	203613	194033	90636	57900	78627	264087	149903	3240683			

## ANEXO 3

## MATRIZ MIGRATÓRIA INTERESTADUAL 1995/2000 – CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000

UF em 1995	UF em 2000														
	RONDÔNIA	ACRE	AMAZONAS	RORAIMA	PARÁ	AMAPÁ	TOCANTINS	MARANHÃO	PIAUI	CEARÁ	RIO GRANDE DO NORTE	PARAÍBA	PERNAMBUCO	ALAGOAS	SERGIPE
Rondônia		3530	6307	1118	1527	109	598	1192	313	2056	628	838	586	73	118
Acre	5070		4293	331	236	53	80	52	26	569	330	187	38	14	30
Amazonas	7086	4750		8561	11619	487	331	1546	788	3763	802	453	1216	192	307
Roraima	650	82	2556		1761	95	104	1456	471	1165	516	293	216	40	32
Pará	2802	417	42185	13982		33744	19569	28586	3988	8546	1751	1007	2217	272	247
Amapá	179	40	751	437	8267		137	1153	129	891	323	111	266	15	42
Tocantins	413	14	383	634	15507	160		6801	1188	773	257	443	514	161	101
Maranhão	2775	111	5912	13475	70956	5220	23610		24533	8218	1412	1081	2068	580	425
Piauí	683	31	1470	824	5021	308	2830	16863		11986	733	541	3355	185	389
Ceará	2124	361	3723	1386	7113	622	1863	5346	8335		7862	5076	8734	996	843
R.G.Norte	552	41	870	529	1068	328	240	857	826	7611		9044	4752	326	595
Paraíba	1007	104	627	672	1376	201	808	1472	1016	5278	13912		18802	1124	1010
Pernambuco	1513	85	1528	388	3120	255	2070	2584	3655	11681	7086	21043		17414	3289
Alagoas	352	31	196	92	1100	2	661	614	468	2001	667	1403	18826		11318
Sergipe	238	22	117	110	272	40	583	310	355	691	429	732	2015	4615	
Bahia	2621	190	819	225	5000	170	2071	1729	3736	7346	2963	4698	17696	3885	17094
Minas Gerais	6699	521	1354	506	5782	356	5179	3236	1473	3385	1950	1548	3825	1073	807
Espírito Santo	7754	117	265	99	1855	84	316	605	320	988	360	407	1196	410	154
Rio de Janeiro	1571	558	5280	612	6587	258	577	4179	2231	16014	10062	16761	10866	2771	3028
São Paulo	8701	626	4176	670	9002	631	5330	9865	23367	52502	17855	28349	58364	19105	10293
Paraná	9008	498	990	507	3505	352	1338	1323	343	1795	916	654	1468	642	313
Santa Catarina	1239	140	511	201	1295	38	538	435	219	1088	438	221	572	117	161
Rio Grande do S	1390	223	1277	534	2172	210	1024	1046	815	2665	879	674	1514	390	372
Mato Grosso do	3748	277	563	204	1126	104	708	443	317	1015	914	561	948	220	151
Mato Grosso	12365	515	1381	855	6785	246	2042	2011	883	1348	567	552	905	504	329
Goiás	2225	290	949	561	7936	342	19535	3210	2171	2348	1648	1656	1480	302	296
Distrito Federal	560	61	1143	237	2057	167	3288	3906	6770	7203	2657	3672	2433	541	365
<b>Total</b>	<b>83325</b>	<b>13635</b>	<b>89626</b>	<b>47750</b>	<b>182045</b>	<b>44582</b>	<b>95430</b>	<b>100820</b>	<b>88736</b>	<b>162926</b>	<b>77917</b>	<b>102005</b>	<b>164872</b>	<b>55967</b>	<b>52109</b>

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 (Tabulações especiais do autor)

continua

continua

obs: não contempla as diagonais, ou seja, pessoas cujo município 5 anos antes situava-se na mesma UF de residência atual

## MATRIZ MIGRATÓRIA INTERESTADUAL 1995/2000 – CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000 (CONT.)

BAHIA	UF em 2000											Total
	MINAS GERAIS	ESPÍRITO SANTO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL	MATO GROSSO DO SUL	MATO GROSSO	GOIÁS	DISTRITO FEDERAL	
1134	4036	2116	1104	7235	7970	1512	1153	2629	20606	3077	1169	72734
76	449	220	291	775	615	141	101	183	494	991	424	16069
755	1504	350	3647	3468	1504	532	1185	721	550	1243	1298	58658
277	574	184	971	561	387	49	232	329	335	818	226	14380
2944	6659	2411	8235	13911	3063	1090	1342	1166	6047	21462	6570	234213
29	289	65	291	496	184	36	267	49	167	328	171	15113
1535	3333	117	606	4265	809	54	728	316	3145	34915	5341	82513
1941	5078	912	12442	32551	1590	488	766	537	4823	29166	23800	274470
2924	1936	257	5641	45577	612	310	510	450	821	15081	21477	140815
6655	5526	958	27349	66384	1521	1316	1752	1050	1608	7891	10315	186709
1673	2674	469	9658	19450	744	685	789	308	460	3112	3625	71286
4423	2625	539	44146	48777	1225	583	645	422	885	4878	6928	163485
23139	5216	1321	22595	131488	2346	1124	1365	1862	2445	5900	5777	280289
7832	3659	926	5409	62609	1035	472	381	1173	3799	1840	1083	127949
13433	1589	853	4450	21505	1066	258	259	470	679	1106	724	56921
	36664	31743	29035	277306	5145	1904	2136	1621	4479	32067	25587	517930
19859		38516	48324	178422	9463	3050	3158	3357	6557	34261	25998	408659
14447	29512		18250	10826	1468	727	831	173	981	1226	1778	95149
15280	57060	28927		46959	7842	6127	8269	3849	1557	4550	12448	274223
105691	202117	11850	45105		131094	28343	14546	36250	19793	27976	12520	884121
4023	14054	1404	5793	131294		80905	22132	17186	27942	5141	3472	336998
1215	2851	583	3370	16134	53293		41155	2465	7736	1995	1655	139665
3600	3766	812	7755	18159	23669	58586		4258		3780	4050	152891
1299	4377	410	3248	34812	18696	3302	3342		21302	4786	1865	108738
1891	6507	638	1892	21454	17593	4231	2958	12280		20354	2640	123726
7580	30607	680	2710	19564	2608	2278	1557	3786	18309		35259	169887
6917	15174	1908	7432	9827	1766	1548	1836	819	1506	104758		188551
250572	447836	129169	319749	1223809	297308	199651	113395	97709	166297	372702	216200	5196142

ANEXO 4

BRASIL: DIVISÃO ESTADUAL SEGUNDO BIOMAS

